

---

**A PRODUÇÃO DO SENTIDO NO CIBERJORNALISMO INACESSÍVEL  
E OS PREJUÍZOS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

*MEANING PRODUCTION OF INACCESSIBLE CYBERJOURNALISM AND THE DAMAGES TO THE SOCIAL*

*PARTICIPATION OF VISUALLY IMPAIRED PEOPLE*

*LA PRODUCCIÓN DE SENTIDO EN EL CIBERPERIODISMO INACCESIBLE Y EL DAÑO A LA PARTICIPACIÓN*

*SOCIAL DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL*

**MATHEUS FERREIRA<sup>1</sup>**

**MAXIMILIANO MARTIN VICENTE<sup>2</sup>**

Submissão: 18/08/2021

Aprovação: 18/08/2021

Publicação: 22/12/2021

---

<sup>1</sup> Jornalista formado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Bauru. Mestre em Comunicação pela UNESP.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1526-0740> E-mail: [matheus.ferreira@unesp.br](mailto:matheus.ferreira@unesp.br)

<sup>2</sup> Graduação em História pela Universidade do Sagrado Coração (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Livre-docente em História do Brasil em 2008. Atualmente é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, no campus de Bauru.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4180-4326> E-mail: [mm.vicente@unesp.br](mailto:mm.vicente@unesp.br)

## RESUMO

Este artigo avalia se a produção de sentido no acesso de pessoas com deficiência visual ao ciberjornalismo gera prejuízos à sua participação social. Parte-se de um estudo de recepção feito à luz da Hermenêutica de Profundidade (HP), que interpreta a produção de sentido em três passos. Primeiro, uma análise sócio-histórica do contexto da recepção, analisando um litígio sobre jornalismo e acessibilidade digital e revisando bibliografia. Segundo, uma análise das formas simbólicas que interagem com os receptores por meio de 19 entrevistas com o grupo de interesse. Terceiro, uma reinterpretação das etapas anteriores pela perspectiva da participação social, analisando como sentidos a afetam. Observou-se negligência nas empresas de jornalismo com acessibilidade digital, produzindo sentidos que normalizam, naturalizam e legitimam a marginalização de pessoas com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Ciberjornalismo. Deficiência.

## ABSTRACT

This article evaluates if the production of meaning resulting from people with visual impairments' access to cyberjournalism damages their social participation. Based on a reception study in the light of Depth Hermeneutics (HP), which interprets the production of meaning in three stages. The first comprises a socio-historical analysis of the context of reception, from a litigation about journalism and digital accessibility and literature review. The second stage identifies symbolic forms that interact with the receptors through 19 interviews with visually impaired people. The third stage involves a reinterpretation of the two previous analyzes from a social participation perspective analyzing how meanings affect it. News companies neglect digital accessibility, which reflects in the formats of their products, senses normalize, naturalize, and legitimize the marginalization of visually impaired people.

**Keywords:** Accessibility. Cyberjournalism. Disability.

## RESUMEN

Este artículo evalúa si la producción de sentido en el acceso de las personas con discapacidad visual al ciberperiodismo genera daños en su participación social. Parte de un estudio de recepción realizado a la luz de la Hermenéutica de la Profundidad (HP), que interpreta la producción de sentido en tres pasos. En primer lugar, un análisis socio-histórico del contexto de recepción, analizando un litigio sobre el periodismo y la accesibilidad digital y revisando

la bibliografía. En segundo lugar, un análisis de las formas simbólicas a través de 19 entrevistas con el grupo de interés. En tercer lugar, una reinterpretación de los pasos anteriores desde la perspectiva de la participación social. Se observó negligencia en las empresas periodísticas con la accesibilidad digital, produciendo sentidos que normalizan, naturalizan y legitiman la marginación de las personas con discapacidad visual.

**Palabras clave:** Accesibilidad. Ciberperiodismo. Discapacidad.

## INTRODUÇÃO

A digitalização do mundo fez com que as empresas de jornalismo explorassem a Internet comercialmente por meio de uma “modalidade jornalística no ciberespaço fundamentada pela utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdo” (SCHWINGEL, 2012, p. 35), o ciberjornalismo. Com novas possibilidades técnicas graças às linguagens de programação, esta modalidade trouxe expectativas teóricas de ampliação do acesso ao jornalismo. Pelo menos em teoria, suas características como multimidialidade, interatividade, hipertextualidade, instantaneidade, ubiquidade e memória, como descreve Canavilhas (2014, pp.1-2), facilitariam o acesso a conteúdo digital.

Na prática, alguns grupos ficaram às margens deste processo comunicacional digital, como é o caso de pessoas com deficiência visual, um contingente com mais 6 milhões de brasileiros com cegueira ou baixa visão severa (NIC.BR, 2020, p.142). A exclusão digital do grupo no ciberjornalismo acontece porque as empresas produtoras de conteúdo não oferecem formatos que possibilitam o acesso de um internauta com algum impedimento físico e intelectual (ELLIS; KENT, 2010, p.48). Nas palavras de Bonito (2016, p.177), falta às características do ciberjornalismo a qualidade de Acessibilidade Comunicativa.

Embora haja soluções técnicas para tornar conteúdo online acessível às pessoas com deficiência visual, como a aplicação das WCAG 2.1 (diretrizes de acessibilidade para conteúdo web feitas pelo consórcio W3C), o jornalismo as ignora. Uma consequência da falta de acessibilidade digital é a diminuição das possibilidades de participação social do grupo,

colocando-o em uma posição de poder marginalizada. Isso, porque, como afirma Castells (2015, p.59), o exercício de poder em uma sociedade organizada por redes digitais se dá pelo acesso. A participação social seria então condicionada pela participação digital (JAMBEIRO, 2017, p.18).

Sabendo que barreiras digitais são mediadoras do acesso de internautas cegos a conteúdo e têm esse potencial de exclusão (JAEGER, 2012, p.32), propôs-se um estudo<sup>1</sup> para compreender se a produção de sentidos decorrente desse encontro midiático perpetua a marginalização desse grupo social e causa os impactos à participação social do mesmo grupo.

Para analisar os sentidos produzidos na interação entre pessoas com deficiência visual e o ciberjornalismo, empregou-se a Hermenêutica de Profundidade (HP) (THOMPSON, 2011), que interpreta os sentidos a partir do contexto da recepção e das instâncias simbólicas (os formatos). Tal metodologia compreende três fases analíticas: análise sócio-histórica, análise estrutural das formas e reinterpretação.

Na primeira fase, por meio de revisão de literatura e análise documental de um litígio envolvendo empresas de jornalismo e acessibilidade digital, compreendeu-se o contexto de negligência das empresas. Não há política interna para atender esse público, o que reflete no conhecimento dos seus jornalistas e no formato inacessível de seus produtos.

Na segunda fase, identificou-se as formas simbólicas que atrapalham o acesso de pessoas com deficiência visual a partir de 19 entrevistas semiestruturadas. Viu-se que, dentre os formatos que criam barreiras, aparecem hiperlinks sem propósito, imagens sem descrição e conteúdo desorganizado.

Por fim, na reinterpretação, baseada na perspectiva da participação social, fez-se uma análise baseada nas duas anteriores. Observou-se que, em um contexto de recepção no qual

---

<sup>1</sup> Esse capítulo é inspirado na dissertação de mestrado “Hermenêutica do acesso desigual: Um estudo sobre a interação de internautas com deficiência visual com o ciberjornalismo de viagens sob a perspectiva da cidadania”. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202299>

empresas de jornalismo negligenciam acessibilidade digital, o que reflete nos formatos de seus produtos, são produzidos sentidos que normalizam, naturalizam e legitimam a marginalização de pessoas com deficiência visual, o que impacta a qualidade da participação social negativamente.

Este artigo se divide na descrição e análise das três partes da HP, precedida por uma explicação da metodologia utilizada, responsável por justificar as escolhas e demonstrar o passo a passo da pesquisa.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Dadas as características do objeto, a abordagem mais adequada para responder se a produção de sentido decorrente do acesso de pessoas com deficiência visual ao ciberjornalismo gera prejuízos à sua participação social foi encontrada na Hermenêutica de Profundidade (HP). John B. Thompson elaborou esta metodologia para analisar como o sentido, produzido por formas simbólicas como ações, falas, imagens, textos e constructos não linguísticos, “serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 2011, p.16).

Na pesquisa em questão, a HP nos ajuda a interpretar se os formatos digitais inacessíveis do ciberjornalismo — suas formas simbólicas — criam ou mantêm relações de poder que marginalizam pessoas com deficiência visual. A conexão entre produção de sentido e participação social parte do entendimento de Castells (2015, p.59) de que o acesso digital é a medida de poder em uma sociedade mediada por redes digitais. Essa ideia é reforçada por Jambeiro (2017, p.18) quando escreve que não existe participação social nos dias de hoje sem participação digital.

Assim, acessar conteúdo on-line é um indicativo de participação e igualdade social. Se, porém, esse acesso é mediado por barreiras digitais e produz sentidos que sustentam o “poder

de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes” (THOMPSON, 2011, p. 80), os receptores (com deficiência) são mantidos em um estado de marginalização, uma espécie de cidadania de segunda classe, como escreveu Anderson (1999, p.317).

Para que esses sentidos que causam essa marginalização sejam encontrados, é preciso que se realize uma análise sistemática e compreensiva do contexto da recepção e dos formatos. Como instrumento metodológico interpretativo, a HP compreende três fases com finalidades analíticas diferentes, mas complementares: análise sócio-histórica, análise estrutural e reinterpretação.

O intuito da análise sócio-histórica é reconstruir as “condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.366). Ou seja, reconstruir as condições sociais e históricas de produção do ciberjornalismo e de recepção dos internautas com deficiência visual. A técnica usada para tal reconstrução foi a revisão de literatura e análise documental de litígios. A primeira se deu em bases de dados on-line. A segunda se preocupou com os arquivos do inquérito civil nº 1.34.001.004599/2014-11 sobre acessibilidade digital em sites jornalísticos. Foi feita leitura e compilação das respostas oferecidas pelas empresas de jornalismo, listando suas justificativas.

A segunda etapa da HP compreende a análise das estruturas das formas simbólicas, as quais são “instâncias de estratégias ou processos específicos de construção simbólica” (THOMPSON, 2011, p.379). Na aplicação ao objeto em questão, tais instâncias se referem às formas criadoras de barreiras no ciberjornalismo. Para identificá-las, foram feitas 19 entrevistas semiestruturadas com pessoas cegas e com baixa visão no estado de São Paulo entre julho e setembro de 2019.

Os critérios de admissibilidade do entrevistado eram morar no Estado de São Paulo e saber acessar a internet por meio de computadores, celulares, tablets. Foram recrutados,

então, 11 homens e 8 mulheres. Dos 19, 14 são cegos: quatro nasceram com a condição e dez a adquiriram. Cinco dos entrevistados disseram ter baixa visão. As idades variam: 12 entrevistados têm mais de 50 anos; o mais velho tem 72, enquanto o mais novo 22.

No roteiro, perguntou-se quais formatos do ciberjornalismo eram mais difíceis de acessar. As respostas decorrentes ofereceram o conhecimento empírico dos receptores com deficiência visual que já interagiram com as estruturas gerais do ciberjornalismo. Seus relatos sobre as formas digitais elucidam o nível material do produto midiático, os quais estruturam as experiências físicas e as interações tecnológicas, como argumentam Ellcessor, Hagood e Kirkpatrick (2017, pp. 1-27). Para analisar as entrevistas, foi feita uma adaptação da análise de conteúdo de Laurence Bardin. A categoria de análise, pré-determinada do roteiro, era “formas dificultadoras de acesso”. Assim, marcou-se trechos e frases que respondiam à pergunta, fazendo as inferências a partir delas.

A HP culmina na reinterpretção, a qual é dependente das duas análises anteriores. Para Thompson (2011, p.379), uma interpretação que só considere o contexto é reducionista; uma outra que apenas considere as estruturas das formas é internalista, reafirmado que uma interpretação compreensiva precisa de fatores internos e externos. Assim, com uma abordagem descritiva e explicativa e a partir das estratégias de operação de sentido elencadas por Thompson, refletiu-se sobre como as formas simbólicas, em seus contextos particulares, geram opressão simbólica e marginalizam o grupo.

## **ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA: REVISÃO DE ESTUDOS**

Pesquisadores têm usado diferentes estratégias para entender como sites jornalísticos se relacionam com a acessibilidade digital, a oferta de formatos que possibilitem o acesso a pessoas com deficiência (ELLCESSOR, 2016, p.12). Uma das estratégias mais comuns compreende análises automatizadas de acessibilidade digital, as quais Ferraz (2020) define



como ferramentas que analisam páginas web a partir de protocolos específicos e verificam seu grau de coerência.

Segatto (2015) utilizou essa modalidade de pesquisa para investigar a acessibilidade de dez sites jornalístico da América Latina. Após a checagem dos dez sites por meio de um software, Segatto não encontrou aspectos de acessibilidade digital na apresentação da notícia; ou seja, o nível de coerência com as diretrizes de acessibilidade digital era baixo nos sites. Assim, acabou-se inferindo que, por não haver disponibilização de formatos acessíveis, não havia um reconhecimento de pessoas com deficiência como leitores de notícia online. As possibilidades das características do ciberjornalismo não eram compartilhadas com esses leitores.

Outra análise de coerência com protocolos de acessibilidade foi feita por Parra Valcare (2010), que analisou dois sites jornalísticos da Espanha e Colômbia. Procurando os formatos que atrapalhariam o acesso de pessoas com deficiência, Parra Valcar destacou a dificuldade de perceber conteúdo, a falta de controle sobre cores, cabeçalhos errados, incoerência de navegação e falta de texto alternativo. São fatores que dizem respeito aos erros de acessibilidade descritos pelas WCAG.

Outras estratégias para estudar a relação do jornalismo com acessibilidade se preocupam com o papel do jornalista na produção de conteúdo acessível. González-Perea (2018) identificou quais erros de acessibilidade digital seriam de responsabilidade do jornalista. Ao relacionar os erros mais comuns encontrados em sites jornalísticos em análises anteriores e ouvir especialistas em acessibilidade digital, González-Perea observou que jornalistas podem criar erros de acessibilidade. Em sua maioria, os erros são referentes a links imprecisos, imagens sem descrição, conteúdo que não notifica a troca de janela, cabeçalhos com estrutura errada, fotos com texto interno e tabelas mal formuladas. Para a pesquisadora, mesmo que o jornalista possa gerar barreiras digitais quando produz conteúdo, a responsabilidade ulterior dos erros recai sobre as políticas internas das empresas.



Araújo (2015) identificou um problema similar ao entrevistar jornalistas da Paraíba para medir seu nível de conhecimento sobre acessibilidade digital. Após entrevistas com os trabalhadores de três veículos on-line, Araújo (2015) observou que o conhecimento técnico dos profissionais sobre diretrizes era limitado, refletindo diretamente nos formatos do site. O pesquisador chegou a mesma conclusão que González-Perea: a razão principal da falta de conhecimento dos jornalistas e da não aplicação dos protocolos nos sites era fruto da ausência de políticas internas da empresa para o público com deficiência.

Por fim, uma estratégia empreendida por pesquisadores brasileiros é o estudo da interação de pessoas com deficiência com o conteúdo do ciberjornalismo. Sousa (2016) acompanhou a formação de hábitos informativos de pessoas com deficiência visual, mapeando suas experiências com agregadores on-line de notícia. Em seus questionários, Sousa notou que, apesar de perceber uma migração dos receptores para o ciberjornalismo, muitos relataram encontrar barreiras ao navegar pelos sites.

Uma experiência similar com barreiras digitais foi feita por Goss (2015). A pesquisadora, por meio de um grupo focal com receptores cegos, avaliou o uso de três aplicativos de notícia. Durante as análises, nenhum ofereceu “uma experiência completamente acessível e livre de comentários insatisfeitos por parte dos usuários: em todos os casos foi relatado algum problema” (GOSS, 2015, p.123). Goss observou que as barreiras eram produzidas pelos códigos do aplicativo, que não consideravam a interação por meio de tecnologias inclusivas como leitores de tela.

A partir desses estudos, pode-se inferir que os formatos do ciberjornalismo não são acessíveis a pessoas com deficiência visual. Parte dessa responsabilidade recai na negligência de protocolos de acessibilidade e na falta de conhecimento do jornalista, ambas que deveriam ser resolvidas pelas empresas de mídia.

## **ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA: CONTEXTO LEGAL E DE LITÍGIOS**

A negligência do ciberjornalismo com acessibilidade digital é corroborada quando se analisa um litígio envolvendo empresas de jornalismo e o direito à acessibilidade, o inquérito civil nº 1.34.001.004599/2014-11. Em 2014, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) reclamou ao Ministério Público Federal (MPF) que sites jornalísticos como Jornal do Brasil, SBT, Folha de S. Paulo, Globo, UOL, IG, Infoglobo, Band, Terra, Estado de S. Paulo e Record, ao não disponibilizar legenda em seus vídeos, estavam infringindo a lei 10.098/2000 sobre eliminação de barreiras à comunicação e Constituição Federal.

O MPF instaurou uma investigação e enviou aos presidentes dessas empresas um ofício pedindo explicações sobre a falta de legenda em vídeos online. O exame das respostas das empresas a esse primeiro ofício mostra suas posturas frente à acessibilidade. Segundo a TV Globo, “não há na legislação [...] qualquer previsão que imponha aos veículos de comunicação a obrigação de inclusão” (MPF, 2014, p.63); mesmo entendimento teve a Bandeirantes. Já a Folha de S. Paulo disse que vídeos com acessibilidade “tem custo de produção elevado e trabalhoso” (MPF, 2014, p. 39).

Em 2015, o Congresso Brasileiro aprovou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), cujo artigo 63 obriga acessibilidade digital em sites. (BRASIL, 2015). A nova lei influenciou o MPF, que não estava satisfeito com as primeiras respostas, a enviar um segundo questionamento às empresas. O MPF, na segunda rodada de perguntas, ampliou o escopo da investigação, antes focada em legendagem, agora questionando acessibilidade digital como um todo.

Agora, o portal Terra afirmou que a LBI não seria autoaplicável, pois não sabe o que são “melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente” (MPF, 2014, p.288). O UOL alegou que a LBI “carece de parâmetros objetivos, inexistindo no

conteúdo da norma qualquer referência expressa aos padrões mínimos ou adequados de acessibilidade” (MPF, 2014, p. 280). Já a TV Record afirmou que seu site já era acessível.

Em geral, vê-se que legislação brasileira sobre acessibilidade digital ensaiou ter normas de padrão técnico de acessibilidade, que, para Jaeger (2012, p.76), refere-se ao tipo de produto a ser alcançado. Trata-se, porém, de um padrão pouco claro. O termo “melhores práticas e diretrizes internacionais”, por mais que sejam cada vez mais conhecidos os protocolos como WCAG 2.1, abre espaço para fácil contestação das empresas. Por isso, não se pode esperar iniciativa do setor privado de comunicação para implementar acessibilidade digital. A análise do litígio mostra que não ser acessível é uma decisão que afeta os formatos do ciberjornalismo. A recepção do internauta com deficiência visual então ocorre em um contexto desfavorável, sem possibilidades de apreender o conteúdo com totalidade.

## **ANÁLISE-ESTRUTURAL**

Como mencionado nos procedimentos metodológicos, na análise estrutural se buscou os formatos inacessíveis que interagem com as pessoas com deficiência visual no seu acesso. Ao examinar as respostas dos entrevistados, três formas foram identificadas: *hiperlinks sem propósito*, *ausência de alternativa a conteúdo imagético* e *desorganização de conteúdo*. Quando se considera a literatura sobre boas práticas de acessibilidade digital, como em Jaeger (2012) e Ferraz (2020), percebe-se que essas três formas estão entre os erros mais comuns de coerência com as diretrizes de conteúdo acessível, o que ratifica a validade da abordagem.

Hiperlinks são formas estruturantes do conteúdo digital, sendo através deles que o caminho da navegação é feito (SHINGWELL, 2012). Quando esta forma é mal escrita, ou seja, quando não há uma descrição de sua finalidade, atrapalha-se a leitura do conteúdo principal. Esse erro na apresentação do link faz com que o leitor de tela dite números, letras e símbolos sem sentido. Nas palavras de um dos entrevistados: “o leitor de tela começa a

soletrar um link ao invés de dar o nome da imagem, passa horas falando aquele link: ‘http barra, barra’. E o leitor passa horas lendo aquilo ali porque o link é enorme mesmo”. Hiperlinks mal descritos diminuem a interatividade da navegação do internauta com deficiência visual.

A segunda forma dificultadora de acesso é a falta de descrição em imagens. Mesmo havendo, pelas características da web, a possibilidade de inserir um atributo na programação descrevendo a foto, isso não é feito. Sem a descrição, o leitor de tela do receptor não consegue perceber a imagem. Para um entrevistado, encontrar imagens sem descrição prejudica “a sensação de saber como aquilo ali é lindo”. Em outras palavras, quando imagens não têm descrição, a beleza e as nuances da paisagem são apagadas, prejudicando seu entendimento. Além de ocultar conteúdo, a falta de descrição afasta esses leitores, como comenta um outro entrevistado: “Se só tem foto, fecho o site na hora”. Fotos compõem a multimídia do ciberjornalismo, aliando-se a texto, som, gráficos e outros formatos. Se imagens são imprescindíveis para a narrativa, quando não há a possibilidade de entendê-las devido à falta de descrição, oculta-se partes essenciais de informação, prejudicando a qualidade do acesso.

A última forma simbólica identificada foi a desorganização de conteúdo quando em contato com tecnologia inclusiva, como leitor de tela. A disposição do conteúdo e a programação tornam a navegação obstrutiva. Segundo um dos entrevistados, a organização própria da reportagem causa a confusão, atrapalhando softwares de leitura. A organização hierárquica (título, parágrafos, linha fina, cabeçalhos) confunde o receptor por não haver dicas semânticas compatíveis com as tecnologias inclusivas. Assume-se que todo leitor usará de dicas visuais para se localizar na página web, excluindo a audiência que não enxerga e usa do áudio e do tato para navegar. Há um potencial inclusivo nas características do ciberjornalismo. Mas isso depende da inserção da acessibilidade comunicativa como característica que agrega todas as outras (BONITO, 2016).

Em resumo, as formas simbólicas identificadas dificultam a navegação e apagam o conteúdo. Nas palavras de Ellcessor (2016), barreiras digitais “limitam as experiências online, por vezes severamente, e previnem conhecimento total ou engajamento com o que podem ser importantes ou desejáveis formas de informação, entretenimento ou comunicação” (ELLCESSOR, 2016, p.167, *tradução nossa*). É o que ocorre na interação entre pessoas com deficiência visual e o ciberjornalismo.

## **REINTERPRETAÇÃO**

Por último, interpretando o contexto de recepção do ciberjornalismo e a identificação de formas inacessíveis, é possível compreender os sentidos produzidos na interação. O guia para justapor e interpretar as duas análises interpretação vem das estratégias de mobilização de sentido elencadas por Thompson. Mesmo que o autor tenha proposto cinco estratégias — havendo a possibilidade de o analista explorar outras — considerou-se apenas três por causa de sua aderência ao contexto e às formas simbólicas do objeto. Nem todas as operações explicadas por Thompson ocorrem nesta interação específica.

O primeiro sentido opressivo interpretado que prejudica a participação social foi a *normalização*. Este sentido é operado quando “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 2011, p.86). A análise sócio-histórica mostrou que a produção de conteúdo do ciberjornalismo tem um padrão: uma audiência imaginada como normal, um usuário preferido (ELLCESSOR, 2016). A normalidade desse usuário, entendida como “expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie” e “preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais” (DINIZ at al, 2009, p.65), é o referencial padrão de troca simbólica do ciberjornalismo.

Tome-se o caso das imagens sem alternativa textual. Pelo fato da maioria da população consumir imagens pela visão, cria-se a ideia de que existe um internauta padrão que enxerga. A visão passa a ser um requerimento para participar do mundo digital a partir da lógica de que enxergar é ‘normal’. Porém, como lembra Davis (2017, p.6), quando se cria a ideia de corpo normal, cria-se a ideia de corpo desviante. Um lembrete permanente é gerado, na mente dos internautas cegos, de que eles estão fora da normalidade quando acessam imagens sem descrição. A produção da normalidade acontece também com os hiperlinks extensos e a desorganização de conteúdo. Em ambas as formas, há a exigência de determinadas habilidades físicas e sensoriais. Imagina-se que toda audiência usa o mouse para navegar por links ou usa de dicas visuais para compreender a lógica do texto jornalístico, como título, manchete, legenda.

O segundo sentido interpretado como prejudicial à participação social foi a *legitimação*, a qual atua para conceber as relações de assimetria de poder como justas a partir da legalidade das regras de sua produção (THOMPSON, 2011). Na análise sócio-histórica, ficou claro que as empresas de mídia justificam sua negligência com as políticas de acessibilidade argumentando que tais práticas não são ilegais. Justificam, então, práticas que causam desigualdade digital por causa da legalidade das normas.

Não descrever imagens e links e não organizar o conteúdo em uma semântica compatível com tecnologias inclusivas não são ilegalidades. Atribui-se as essas práticas uma aura de aceitabilidade. As formas simbólicas, nesse contexto, legitimam assimetrias no acesso digital. O sentido de legitimação também é operado pelas formas simbólicas quando as empresas afirmam que já fornecem conteúdo acessível e não o fazem de fato. Essa discrepância entre discurso e prática atribui às formas digitais do jornalismo um nível baixíssimo de acessibilidade. Ao alegar que são acessíveis sem realmente ser, más práticas são legitimadas.

Por fim, identificou-se o sentido de *naturalização*. A partir dela, fenômenos sociais e históricos são vistos como inevitáveis (THOMPSON, 2011). Esse sentido compreende a imposição de versões a-históricas a esses fenômenos. As formas digitais analisadas na análise estrutural contribuem para que a exclusão do grupo com deficiência visual seja compreendida como permanente e natural.

Foi mostrado na análise sócio-histórica que, quando pessoas com deficiência visual não conseguem acessar algum conteúdo online, surgem justificativas que focam o impedimento físico em si. Tratam a exclusão digital como fenômeno natural do impedimento visual. As formas simbólicas do ciberjornalismo reproduzem essa mesmíssima versão. O sentido de naturalização se produz no esforço extra e repetido que pessoas com deficiência visual precisam fazer para acessar esse tipo de conteúdo. No esforço feito para superar barreiras criadas não pela falta de visão, mas pela falta de compreensão da diversidade humana.

Essa repetição simboliza que é natural para um cego ter dificuldades em acessar algum conteúdo na internet. Assim, o sentido produzido pelo ciberjornalismo sequestra a historicidade da deficiência e da produção da desigualdade. Como se mostrou nas análises anteriores, não são os impedimentos físicos que causam exclusão digital, mas as formas pelas quais os sistemas digitais são construídos e disponibilizados.

Com base nesses três sentidos, e nos argumentos expostos, é possível afirmar que há sentidos opressivos sendo produzidos no acesso de pessoas com deficiência visual ao ciberjornalismo, mantendo esse grupo numa situação de menor acesso e qualidade de acesso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentou-se neste artigo um estudo de recepção de pessoas com deficiência visual ao ciberjornalismo analisando, a partir da Hermenêutica de Profundidade, a produção de sentidos por meio de fatores internos das formas simbólicas e por fatores externos do



contexto. Na análise sócio-histórica, por meio de estudos sobre jornalismo e acessibilidade e documentos de litígios, contextualizou-se as condições ao redor da recepção analisada. A internet pode ser acessível, mas depende de uma negociação de interesses e direitos. E as empresas de comunicação mostraram que não vão ter a iniciativa, resistindo a mudar. Revela-se assim um contexto que negligencia o acesso de pessoas com deficiência visual

Na análise estrutural, identificou-se a composição das formas simbólicas que afetam o acesso, sendo elas hiperlinks sem rótulos adequados, imagens sem descrição e desorganização de conteúdo. Essas barreiras à experiência do acesso se relacionam intimamente com os protocolos de acessibilidade digital; é possível sugerir, então, que se sites aprimorarem essas três formas ao menos, haverá uma melhora no acesso.

Por fim, na reinterpretação, ao explicar a dependência dos fatores internos e externos, mostrou-se que as estratégias de mobilização de sentidos (opressivos) estão presentes na recepção. Eles são produzidos pela normalização, requerendo leitores com habilidades sensoriais específicas; pela legitimação, oferecendo aceitabilidade a práticas comunicativas que excluem; e pela naturalização, a qual trata a exclusão como sentença biológica da deficiência e justifica a dificuldade de acessar como intrínseca à cegueira.

Tais sentidos, operacionalizados pelas formas digitais e elaborados em um contexto de exclusão midiática, mantêm pessoas com deficiência visual em opressão simbólica. Os sentidos reproduzem a ideia de que o grupo não é a audiência de produtos midiáticos e que suas necessidades informativas não são importantes como as de pessoas sem deficiência. A escolha de permitir o acesso das pessoas com deficiência visual, ainda que possível, não é feita. Para que isso mude, é preciso uma transformação na mentalidade das empresas, capitaneada por legislação clara e monitoramento adequado. A partir daí, a produção midiática pode se aprimorar e incluir.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Elizabeth. What Is the Point of Equality? Ethics, **Chicago**, v. 109, n. 2, p. 287-337, jan.1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/233897>. Acesso em: abril 2019.

ARAÚJO, Valter. **Leitores especiais de jornais: um estudo sobre estratégias de acessibilidade de pessoas cegas ao webjornalismo paraibano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BONITO, Marco. “A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital”. **Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa, v.3, n. 1, p. 175-193, jan./jun. 2016.

BRASIL. Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 de julho. 2015.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Labcom, 2014.

DAVIS, Lennard. “Introduction: Disability, Normality, and Power”. In: DAVIS, L. J. (Ed.). **The Disability Studies Reader**. New York: Routledge, 2017, p.1-16.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** Editora Brasiliense. São Paulo: 2012.

DINIZ, Debora.; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Sur: Revista internacional de direitos Humanos**. São Paulo, v.6, n.11, p.64-77, dez. 2009.

ELLCESSOR, Elizabeth. **Restricted Access: Media, Disability, and the Politics of Participation**. New York University Press: New York, 2016.

ELLCESSOR, Elizabeth, HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. “Introduction: Toward a Disability Media Studies”. In: ELLCESSOR, E. KIRKPATRICK, B (Eds). **Disability Media Studies**. New York: New York University Press, 2017. p.1-27.

ELLIS, Katie.; KENT, Mike. **Disability and New Media**. New York: Routledge, 2010.

FERRAZ, Reinaldo. **Acessibilidade na web**: Boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis. São Paulo: Casa do Código, 2020.

GOSS, Bruna. **Informação móvel para todos**: acessibilidade em aplicativos jornalísticos para dispositivos móveis. 2015. Dissertações (Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GONZÁLEZ-PEREA, Lourdes. “La accesibilidad de los medios de comunicación digitales en España: responsabilidad de los periodistas en la generación de contenidos inclusivos”. **Index Comunicación**. Madrid, v. 8, n.1, p. 225-253, jan./dez. 2018.

JAEGER, Paul. **Disability and the internet**: confronting a digital divide. Lynne Rienner, Colorado: 2012.

JAMBEIRO, Oton. Democracia, cidadania e tecnologias de comunicação e informação. In: NAPOLITANO, C.J.; SOARES, M.C; VICENTE, M. M. (Orgs). **Comunicação e cidadania política**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 15-32.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Inquérito civil nº 1.34.001.004599/2014-11, 2014. Notícia de falta de legenda (close caption), em diversos sites de emissoras, como UOL, TERRA, GLOBO, SBT, RECORD, BANDEIRANTES, ESTADÃO, IG.

NIC.BR. **Um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

PARRA VALCARCE, David. “La accesibilidad web en los cybermedios del Grupo Planeta a ambos lados del Atlántico: Los casos de La Razón y de El Tiempo”. **Naveg@mérica: Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas**, n. 4, p.1-13, 2010.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. Paulinas, São Paulo: 2012

SEGATTO, Karina. **Acessibilidade e multimídia no webjornalismo da América do Sul**. 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOUSA, Joana. “Tactibilidade e Mobilidade: O Desafio da Acessibilidade nos Agregadores de Notícias”. In: SILVA, F. F. (Org.). **Transmutações no jornalismo**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 119-144.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Editora Vozes, Petrópolis: 2011.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

FERREIRA, Matheus; VICENTE, Maximiliano Martin. A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 149-167, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.60569>.